

E, Ulysses é vaiado por empresários

Setecentos empresários vaiaram ontem o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, no momento em que ele falava de sua condição de multipresidente durante almoço de confraternização promovido em São Paulo pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Havia também muitos políticos, entre eles o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, e o deputado constituinte Guilherme Afif Domingos. O presidente da Abinee, Aldo Lorenzetti, fez um discurso risonho, lembrando as esperanças de um ano atrás e a situação caótica que se encontra o País.

Logo depois foi a vez de Ulysses defender-se dos "duros ataques", como ele mesmo acabou definindo. Ao microfone, quando se preparava para a defesa, falando de suas responsabilidades como presidente da Constituinte, do PMDB e vice-presidente da República, aconteceram as vontades, tímidas, misturadas com palmas também modestas, principalmente pela mesa dos convidados especiais. "Ele foi vaidoso sim", ressaltou o empresário Waldir Ramos, analisando a manifestação contra Ulysses.

Diretor da Abinee, Ramos disse que "o pessoal considera Ulysses, em parte, responsável por esses problemas políticos que estamos vivendo". Alguns empresários disseram que as manifestações contra o multipresidente foram "educadas" porque eles não entendem de vaias, "como os trabalhadores", segundo Waldir Ramos. Mas pouco mais de uma hora da "vaia educada" — empresários em coro fazendo uuu... — um forte assobio, às 15h50. Nessa hora Ulysses criticava a inclusão de cargos públicos na negociação política. Nenhum participante do encontro desconheceu a manifestação. Até o anfitrião Aldo Lorenzetti admitiu as vaias, mas o convidado especial preferiu ignorá-las. "Acho que você está ouvindo demais. Ao contrário, eu não esperava ser tão bem recebido", desconversou Ulysses Guimarães. De manhã, o deputado passou por exames médicos no Incor.

Lorenzetti disse que "ele foi muito habilidoso, como todo político". O empresário analisou assim a capacidade do presidente do Congresso Constituinte de não se abalar em circunstâncias desagradáveis. "Ele acabou revertendo a situação, e acabou

sendo aplaudido no final", observou o presidente da Abinee. De fato, depois da fala de Ulysses, ressaltando que a Constituinte "tem coisas boas e ruins, mas agora ela vai ser lizada e melhorada", houve aplausos. Nem todos se levantaram para bater palmas como aconteceu quando Lorenzetti criticou o governo e os grupos de pressão, numa referência velada a setores do PMDB que estão sob a influência de Ulysses. "Vemos os ministros da área econômica impedidos de praticar seus planos saneadores de forma plena, tais as pressões que sofrem", lamentou Lorenzetti.

O constituinte Afif Domingos interpretou as vaias como sintoma de "desgraça nas instituições e nos homens que as simbolizam". Para ele, a primeira reação do empresariado reunido no Clube Paulistano, foi de revolta. Mas depois da fala de Ulysses, segundo o deputado, os empresários entenderam que ele pode coordenar a mudança de rumo do Congresso Constituinte. O empresário Luigi di Bonito afirmou que "nessa oportunidade a vaia foi imerecida". Explicou que o momento era de confraternização e a manifestação foi uma descortesia.



Depois da vaia, Ulysses discursa e consegue aplausos. Tão discretos como foi a vaia

"Mas onde está a estatização?"



Alencar Monteiro — 23/11/87

Para Covas, Centrão tem uma maioria "flutuante"

Centrão busca apoio, iniciando por Minas

BELO HORIZONTE
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão iniciou ontem em Minas Gerais sua peregrinação pelos palácios dos governos estaduais à procura de garantias de apoio na votação de questões de interesse do grupo na Assembleia Nacional Constituinte. Os deputados do PMDB, Roberto Cardoso Alves (SP), Dasso Coimbra (RJ), José Geraldo Ribeiro (MG), do PFL, Ricardo Fiuza (PE), os baianos Luiz Eduardo Magalhães, Heraldo Tinoco e Oswaldo Coelho, e do PDS mineiro, Bonifácio Andrada, reuniram-se com o governador Newton Cardoso, durante um almoço, ontem, no Palácio da Liberdade. O assunto: política econômica e problemas sociais do País.

A duração do mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo a ser adotado pela futura Constituição, segundo eles, ficaram fora do cardápio. Mas o deputado Roberto Cardoso Alves garantiu que 80% dos integrantes do Centrão são favoráveis aos cinco anos de mandato para Sarney. Ele acredita que os quatro anos estão "descartados", por ser uma proposta "ilegal", adotada exclusivamente para "ferir" o presidente da República.

Cardoso Alves chegou mesmo a dizer que a realização de eleição presidencial no próximo ano não alteraria a crise econômica, pois o País

continuará "num regime de terremoto" e de grandes dificuldades.

Os integrantes do Centrão obtiveram do governador Newton Cardoso a garantia de apoio de 28 parlamentares dos 37 da bancada mineira na Constituinte. Newton disse partilhar as mesmas idéias do grupo, porque nunca foi "um homem de esquerda nem de direita". E pelo fato de ser Minas um Estado "moderado, onde os políticos repudiam com veemência os extremismos de direita e de esquerda".

Os parlamentares negaram a existência de centristas interessados em integrar o Centrão, que está sendo formado na Constituinte. Dasso Coimbra afirmou que este novo grupo abriga interesses de empresários que não tiveram espaço no Centrão. O mineiro Bonifácio Andrada confirmou que o Centrão procurará todos os governadores de Estado, tendo o apoio declarado da maioria. Cardoso Alves afirmou ter o apoio do grupo dos governadores Orestes Quércia (SP) e Alvaro Dias (PR). O próximo encontro do grupo deve ocorrer em São Paulo, com Quércia. Eles não descartam a possibilidade de buscar apoio do governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo.

O objetivo do Centrão na Constituinte, segundo Ricardo Fiuza, é mudar os rumos da Constituinte que está sofrendo um processo de esquerdização.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Para o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, a Assembleia Nacional, não obstante as sucessivas vitórias obtidas pelo Centrão, "produzirá um texto equilibrado, mantendo grande parte do que foi aprovado pela Comissão de Sistematização".

O senador fez essas observações ontem, em Brasília, durante conversa com jornalistas. Para ele, o Centrão "é uma maioria flutuante", que oscilará diante de cada questão concreta. Citou o caso, por exemplo, de um de seus líderes, o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que no caso da saúde já votou na Comissão de Sistematização e certamente continuará votando, em plenário, pelo texto do projeto de Constituição. E esse é um dos capítulos considerados "estatizantes".

Admite o líder peemedebista haver no projeto "alguns absurdos e exageros", mas "muito menos do que procuram dar a entender". "Dizem que é estatizante. Mas, pela primeira vez, se estabeleceu que nenhuma empresa estatal poderá ser criada sem aprovação do Congresso Nacional. Meu Deus, onde está a estatização? Dizem que é contra o capital estrangeiro. Ora, o projeto diz que uma empresa de capital estrangeiro é brasileira. Isso não existe em parte nenhuma do mundo. O que há no projeto

contra o capital estrangeiro? Nada. A não ser a vedação para atuar na área de mineração. Mas isso é natural. Em todo lugar é assim".

Concorda Mário Covas em que o dispositivo que tornou a distribuição dos derivados de petróleo monopólio da União é um exagero, que "traz menos proveito do que prejuízos para o País", e está certo de que será derrubado em plenário. Mas contesta que isso configure estatização. "É, sim, disse, nacionalização. Seu objetivo é tornar a distribuição privativa de empresas nacionais".

Quanto aos "avanços" na área trabalhista, o senador admite haver também alguns "exageros", como é o caso da imprescritibilidade dos direitos do trabalhador. "É um absurdo, afirmou, poder alguém reclamar direitos de até 20 ou 30 anos. Pode-se passar dos dois anos atuais para quatro ou cinco, por exemplo. Seria uma posição mais realista".

Mas o líder peemedebista entende, também, ser "exagerada e descabida" a condenação por parte do empresariado de tudo que o projeto consagrou na área trabalhista. Para ele, as 44 horas semanais de trabalho são uma conquista muito moderada, porque até na Índia esse limite é de 40 horas. No Japão, um exemplo muito cotado, a jurisprudência consagrou a semana de 44 horas. Nos países europeus, em quase todos, a semana é de 38,39 ou 40 horas. O Brasil, segundo o senador, é um dos poucos países, mesmo na América Latina, nos quais a semana ainda é de 48 horas. Quanto à proibição da

demissão imotivada, o senador disse que ela também não será nenhum desastre para as empresas. "Já tivemos aqui a estabilidade, de 1934 a 1965, e foi esse período de maior prosperidade no País", observou. Notou ainda que a tendência, hoje, no mundo, vai no sentido de maior proteção ao emprego.

Sobre o novo atraso nos trabalhos da Constituinte, decorrente da não conclusão da votação da reforma regimental — que também não ocorrerá na sessão convocada para terça-feira —, Covas disse que este é de responsabilidade do Centrão. O Centrão, segundo ele, fez questão de que o prazo para apresentação de emendas só fosse aberto no período de 4 a 11 de janeiro. Essa foi a primeira condição que estabeleceu para iniciar as negociações com as lideranças partidárias, quinta-feira — negociações que acabaram não dando certo. Como o que vai prevalecer mesmo é o prazo que o Centrão quiser, ou até outro, mais dilatado, a votação do projeto de Constituição, em plenário, só começará em fins de janeiro ou primeiros dias de fevereiro.

O Centrão, segundo o líder do PMDB, alegou precisar desse prazo para manter entendimentos em torno das alterações a serem feitas no projeto de Constituição e garantiu que isso permitirá acelerar as votações em plenário, recuperando-se o tempo perdido. Covas imagina que os coordenadores do Centrão, quando falam nesses entendimentos, têm em mente as negociações internas, mas também acha que será para conseguir as assinaturas de apoio para os pedidos de destaque (187 assinaturas). Acredita o senador que o Centrão vai se valer muito mais de pedidos de destaque do que das emendas com 280 assinaturas, para as quais garantiu preferência automática na votação. "O Centrão, concluiu, está muito mais interessado em tirar do que em colocar qualquer coisa no projeto." E os destaques servem principalmente para isto: suprimir expressões ou dispositivos do projeto.

A propósito do surgimento de outro grupo parlamentar, o Centrão, que defende posições "moderadas", nem à esquerda, nem à direita — e que, segundo um dos seus articuladores, Adroaldo Streck (PDT-RS), já contaria com 80 constituintes, 15% dos quais recrutados nas fileiras do Centrão —, Covas disse que só tinha a lamentar o fato de os trabalhos da Constituinte terem saído dos trilhos partidários. Estes, a seu ver, deveriam ser os canais naturais para os entendimentos. "Afinal, observou, todos nós fomos eleitos por partidos políticos e comprometidos com seus programas. Foi assim que nos apresentamos ao eleitorado. Não prevaleceu a proposta de se eleger para a Constituinte candidatos avulsos, sem vinculação partidária. Aqui, no entanto, começaram a se formar grupos em torno de pessoas e se acabou nisso: o Centrão e agora o Centrão".

Mesa diretora cuida do convênio com DF

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A assessoria da Mesa da Constituinte já está em entendimentos com o governo do Distrito Federal para assinatura do convênio que vai colocar à disposição da Assembleia integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para garantir a segurança dos trabalhos, até seu término. A informação foi dada, ontem, por assessores da Mesa, prevendo que somente na próxima semana os termos do convênio deverão estar definidos.

O convênio já foi acertado entre o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, depois dos incidentes envolvendo populares nas galerias da Câmara e constituintes do Centrão, no dia em que o grupo conseguiu aprovar sua proposta de modificação do regimento interno da Assembleia, na semana passada.

Cerca de 50 policiais deverão ser deslocados pelo governo do Distrito Federal para controlar a segurança

das áreas externas do Congresso, como jardins, estacionamentos de veículos e a parte coberta das duas abóbodas do edifício central, além de vias de acesso às suas instalações. A segurança interna continuará a ser exercida pelo corpo de funcionários do setor da Câmara e do Senado.

O novo esquema de segurança vai vigorar somente a partir do próximo ano, pois antes disso a Constituinte não mais fará sessões para a votação de temas polêmicos, como a mudança do seu regimento interno. É possível que até as vésperas do Natal sejam feitas tentativas de entendimento em torno das emendas apresentadas à proposta, mas dificilmente haverá quórum para deliberação. Por essa razão, o mais certo é que a matéria somente será definida depois do dia 4 de janeiro.

O convênio prevê que o pelotão será colocado à disposição da Mesa da Constituinte até o término dos seus trabalhos, em caráter permanente, e não apenas nos dias das votações mais importantes.

Na terça, não haverá quórum

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão não vai convocar seus integrantes para a reunião de terça-feira, prevista para encerrar a votação do regimento interno da Constituinte. O grupo só vai estar em Brasília no dia 4 de janeiro, segundo informou ontem o líder em exercício do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira.

O parlamentar criticou a intransigência dos partidos de esquerda e de parcela do PMDB que, segundo ele, impediu que a votação do regimento interno fosse concluída antecorrem.

"Nós cedemos até onde a maioria poderia ceder, mas não vamos permitir que a minoria comande a Constituinte", afirmou Inocêncio Oliveira.

O líder explicou, ainda, que o Centrão continua aberto ao diálogo com as demais facções políticas porque "não deseja fazer uma Constituição aprovada apenas por uma maioria numérica. Queremos, sim, uma Constituição aprovada pela maioria e que represente a vontade da população brasileira que, todos nós sabemos, não compactua com nenhuma forma de extremismo seja de direita ou de esquerda", enfatizou o deputado.

Lucena acha que não há motivo para radicalismo

CAMPO GRANDE
AGÊNCIA ESTADO

Os grupos de esquerda não podem radicalizar os trabalhos da Constituinte, "pois é o povo que sofrerá as futuras consequências. Não há motivo para radicalismos. Dentro do próprio Centrão há elementos progressistas capazes de ajudar na elaboração de uma Constituição que atenda aos anseios da população", afirmou ontem, em Campo Grande, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), ao participar da sessão de encerramento do congresso da União Parlamentar Interstadual (UPI), iniciado quarta-feira. Também participou da cerimônia a deputada constituinte Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Em entrevista ao programa "Bom dia MS", da tevê Globo, Lucena ressaltou que "mais impopular do que o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, meu amigo pessoal, é a proposta de implantação do regime parlamentarista". O senador acrescentou que irá propor a inclusão, na futura Constituição, de artigos que garantam ao País uma democracia social baseada no modelo europeu, "que possibilitará o enfra-

quecimento das oligarquias em favor de um maior equilíbrio entre as classes sociais".

O debate em torno do parlamentarismo e do presidencialismo foi a tônica dos três dias de trabalhos do encontro. O parlamentarismo foi defendido pela deputada Sandra Cavalcanti, para quem esse é "o regime mais moderno", e pelo senador José Richa (PMDB-PR), que propôs o estabelecimento de um pacto político por meio de um fortalecimento parlamentar.

REGIMENTO

Ao término dos trabalhos do congresso da UPI, os 206 deputados assinaram a Carta de Campo Grande, anteprojeto básico para as Constituições estaduais. Segundo o deputado Luís Alberto Martins de Oliveira, presidente da UPI, todas as Constituintes estaduais deverão ter um regimento interno comum, que tomará por base o da Assembleia Nacional Constituinte. Ele acrescentou que a fórmula de se chegar ao texto constitucional de cada Estado criando-se subcomissões, e até uma Comissão de Sistematização, encarregada de preparar um projeto a ser votado em caráter definitivo nas sessões plenárias, "é a mais avançada e deverá ser

adotada pela maioria das Assembleias Legislativas".

Na Carta de Campo Grande, os deputados afirmam ser "imperiosa a devolução de todas as prerrogativas do Poder Legislativo" e defendem a necessidade de ampla reforma tributária que, "sob a égide do princípio federativo", fortaleça os estados e municípios. Estabelecem como principal prioridade do Executivo a "rápida eliminação do déficit público" e declaram que deve ser respeitada qualquer decisão da Constituinte quanto ao sistema de governo e duração do mandato do atual presidente da República.

O documento afirma, ainda, que a economia do País deve ser pautada pelos princípios da livre iniciativa, com a intervenção do Estado limitando-se "à promoção de medidas que favoreçam o desenvolvimento" brasileiro. Os deputados da UPI pedem também a distribuição de "maiores recursos à Sudene, com vistas a incrementar programas de desenvolvimento que contribuam para reduzir os desequilíbrios regionais" e que nas áreas de Educação e Saúde as verbas públicas sejam "prioritariamente dirigidas para o financiamento das atividades governamentais".

Bancada do PL exige eleição geral

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Não há solução para a crise brasileira fora da convocação de eleições gerais que permitam ao povo renovar suas lideranças." Esta é a posição da bancada do Partido Liberal na Constituinte, aprovada por unanimidade na reunião de ontem, em Brasília, e objeto de nota à imprensa distribuída por seu presidente, deputado Alvaro Valle (RJ), e por seu líder, deputado Adolfo Oliveira (RJ). O documento esclarece ainda que o PL não tem "qualquer compromisso com o governo, muito menos com a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Companheiros do partido subcreveram o substitutivo do Centrão apenas porque vimos nele um instrumento que impediria a aprovação de dispositivos para nós inaceitáveis no projeto de Constituição".

Depois de defender a realização de eleições gerais para acabar com o fosso que separa a Nação do Estado, a nota enfatiza que os constituintes do PL "não votarão a favor de qualquer pacote que aumente a carga tributária, em um centavo que seja. Se o governo precisa de recursos para pagar sua ineficiência e seus desperdícios, que enxugue a sua máquina". Ainda de acordo com os liberais, em 87 as estatísticas multiplicaram seus prejuízos e "nada justifica novos pacotes tributários".